



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 055/2022

(PAE n. 14.059/2022)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRE-SC n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** visando à contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para as instalações e equipamentos que integram o sistema de climatização dos imóveis que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense, localizados nas regiões 1 a 6.

A proposta deverá ser registrada no Sistema COMPRAS.GOV.BR, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no **dia 22 de agosto de 2022, às 14 horas**, no mesmo [site](http://www.gov.br/compras).

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.429 de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018, pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, pelo Acórdão TCU n. 2.568/2021 – Plenário, pela Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021 e pela Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022.

I. DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no [site](http://www.tre-sc.jus.br) do TRE-SC, no seguinte endereço eletrônico:

- www.tre-sc.jus.br (Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2022).

1.2. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Compras.gov.br (www.gov.br/compras) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. A presente licitação é destinada, **exclusivamente**, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, se assim desejar, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006.



2.1.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n. 8.538/2015.

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do site www.gov.br/compras, órgão gestor do Sistema Eletrônico “Compras.gov.br”.

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 9.7 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRE-SC, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRE-SC não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.4. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada;

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

c) de empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005); e

d) de cooperativa de mão de obra, em atendimento ao estabelecido no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União e homologado nos autos do Processo n. 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

2.5. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de aceitação de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.5.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.5, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.



3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo, ao provedor do Sistema ou ao TRE-SC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br.

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - www.tre-sc.jus.br - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos subitens **7.1.4** e **9.5** deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Compras.gov.br:

a) no campo “preço”: o preço, no VALOR TOTAL para o item (Região) cotado;

a.1) os preços apresentados para os equipamentos *hi-wall* e/ou parede até 13.000 BTUs/h não poderão ser superiores aos preços cotados para os equipamentos *hi-wall* e/ou parede acima de 13.000 BTUs/h.

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas.

5.2.1. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

5.2.2. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.3. Deverá ser informado, ainda, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, o **prazo para garantia** do objeto cotado, se superior a 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para as peças e componentes substituídos, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRE-SC.

5.2.3.1. Na ausência de discriminação, na proposta, do prazo a que alude o subitem 5.2.3, considerar-se-á como proposto o prazo de garantia de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para as peças e componentes substituídos, conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

5.2.4. O licitante deverá encaminhar, na forma do subitem 7.1.4, planilha contendo o valor unitário e o valor total correspondente a cada item que compõe a(s) Região(ões) cotada(s), conforme modelo disponível no endereço indicado no subitem 1.1.1.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

5.8. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta.

5.9. Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais de prestação dos serviços, antes da apresentação da proposta, a fim de detectar o estado em que se encontram os equipamentos, a qual deverá ser agendada previamente com os respectivos Chefes de Cartório, no horário das 12 às 18 horas, conforme relação contida no subitem 2.7 do Projeto Básico / Termo de Referência.

5.9.1. Caso a empresa proponente opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRE-SC, designado para esse



fim.

5.9.2. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento dos locais e/ou dos equipamentos para a realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL** para o item (Região) cotado.

6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.4.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 10,00 (dez reais)** para os **ITENS 1, 2 e 4** e de **R\$ 100,00 (cem reais)** para os **ITENS 3, 5 e 6** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.



6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.

6.8. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação do critério de desempate previsto no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993.

6.9. O critério de desempate será aplicado nos termos do subitem 6.8, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.9.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

VII. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor máximo aceitável para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.1.3. O valor máximo aceitável para a contratação (planilha de custos elaborada especificamente para objeto deste certame) será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7.1.3.1. Os valores apresentados nos Estudos Preliminares não representam o valor máximo aceitável para a presente contratação, pois espelham apenas uma estimativa de preços realizada preliminarmente pela unidade demandante.

7.1.4. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada dos documentos complementares a seguir relacionados, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 7.1, sob pena de desclassificação.

7.1.4.1. Juntamente com a nova proposta, deverá ser encaminhada planilha contendo o valor unitário e o valor total correspondente a cada item que compõe a(s) Região(ões) cotada(s), conforme subitem 5.2.4;

7.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examinará-la quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

7.3. Será, ainda, DESCLASSIFICADA a proposta que:

a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou



b) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou

c) mantenha, após a fase de lances, valor de item (Região) superior ao máximo aceitável por este Tribunal; e/ou

d) apresente preços que sejam manifestamente inexequíveis.

7.3.1. Consideram-se **preços manifestamente inexequíveis** aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.3.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

j) estudos setoriais;

k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

7.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens VIII e IX, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.5. Após a negociação prevista no subitem 7.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens VIII e IX deste Edital.

VIII. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.4, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência às hipóteses previstas no subitem 2.4, alíneas “b” e “c”, e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br.

8.1.1. As consultas a que se refere o subitem 8.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.



8.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no Sistema Compras.gov.br.

IX. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação complementar especificada neste Edital.

9.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;

b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista; e

c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;

d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;

e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no Sistema Compras.gov.br, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste edital.

9.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 9.1.1 deste Edital.

9.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado (manutenção preventiva e corretiva de sistema de climatização);

b) documento que comprove o registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT, dentro de seu prazo de validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993;

b.1) serão aceitos os registros junto ao Conselho dos Técnicos Industriais das empresas cujo responsável técnico seja um profissional técnico em refrigeração.

9.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.4.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

9.4.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

9.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.



9.4.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.4.4. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.5. A documentação complementar mencionada nos subitens 5.1.7 e 9.1, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Compras.gov.br, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

9.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

9.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 9.1, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 9.5 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 9.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

9.6. Na análise das condições de habilitação e da validade dos documentos comprobatórios, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

9.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

9.8. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros, falhas e omissões que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

9.8.1. As omissões referidas no subitem 9.9 são aquelas que não comprometam a constatação do atendimento prévio das condições de habilitação.

9.8.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 9.8, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

X. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.



10.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

10.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 10.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

10.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1 importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame, **POR ITEM (REGIÃO)**, ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

XI. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;



e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

11.1.2. As sanções previstas no subitem 11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2. Para os casos não previstos no subitem 11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do serviço não executado;

11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor mensal do serviço não executado;

11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial, com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total, com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.4. As sanções estabelecidas no subitem 11.1 e na alínea “d” do subitem 11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste Pregão, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero



vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor estimado mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 11.3 exaure-se a esfera administrativa.

XII. DA DOTAÇÃO

12.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, conforme discriminado a seguir:

a) Serviços: Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; e

b) Peças: Natureza da Despesa: 3.3.90.30, Elemento de Despesa: Material de Consumo, Subitem 24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis.

12.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

13.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

13.1.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência e em sua proposta;

13.1.1.1. **apresentar, obrigatoriamente, antes** de firmado o contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação que lhe será entregue com este fim, registro do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1.121, de 13.12.2019, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem;

13.1.2. manter no seu quadro de pessoal técnicos qualificados para a realização dos serviços;

13.1.3. entregar em **até 15 (quinze) dias** após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, ao gestor, as vias das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) que indicam a realização dos serviços descritos nesta contratação, com a indicação do responsável técnico, devidamente quitadas junto ao CREA-SC ou, caso seja uma empresa vinculada ao Conselho de Técnicos Industriais, com as respectivas vias dos TRTs (Termos de Responsabilidade Técnica) quitadas;

13.1.4. providenciar a presença dos membros da equipe técnica sempre que solicitado pela fiscalização;



13.1.5. fornecer todas as ferramentas, materiais, gases (onde incluem-se os fluidos refrigerantes) e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções sem custo adicional ao Contratante, bem como mão de obra especializada;

13.1.6. fornecer peças e acessórios originais novos, após aprovação da fiscalização, conforme as recomendações do fabricante e normas técnicas específicas;

13.1.7. não sendo encontradas no mercado peças originais e/ou na impossibilidade de sua aquisição a curto prazo, poder-se-á, excepcionalmente, utilizar outras similares, desde que haja prévia autorização do gestor do contrato e de que tais peças sejam, comprovadamente, iguais ou superiores em qualidade de material, processo de fabricação, desempenho, durabilidade e garantia;

13.1.8. instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça reconcondicionada;

13.1.9. não substituir ou alterar peças dos equipamentos sem o conhecimento do gestor do contrato;

13.1.10. oferecer **garantia** de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

13.1.11. prestar **assistência técnica** durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças substituídas, sanando problemas constatados nestas;

13.1.12. não movimentar qualquer equipamento, componente ou peça para fora das dependências do Contratante sem o conhecimento do gestor do contrato;

13.1.13. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como aqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

13.1.14. informar, até o início da vigência do contrato, telefones e e-mail, que deverão permanecer ativos, e nomes dos funcionários responsáveis pela recepção e encaminhamento das solicitações dos serviços de manutenção;

13.1.15. manter a limpeza do local onde ocorrer a manutenção, recolhendo quaisquer resíduos decorrentes da intervenção e protegendo pisos, paredes, forros e demais áreas da edificação;

13.1.16. preencher, após cada serviço de manutenção, relatório de serviço com indicação dos materiais utilizados, serviços executados e eventuais ocorrências e fornecer cópia ao gestor do contrato;

13.1.17. encarregar-se, no caso de retirada dos equipamentos dos locais indicados no subitem 2.7 do Projeto Básico / Termo de Referência, em razão da complexidade dos reparos, por todas as despesas referentes ao transporte do(s) equipamento(s), inclusive seguro;

13.1.18. fornecer ao Contratante todas as informações necessárias à fiscalização dos serviços, durante e após a execução dos serviços;

13.1.19. prestar, quando solicitado pelo Contratante, orientações e pareceres sobre instalação de novos equipamentos e outras melhorias a serem implantadas pelo Contratante;

13.1.20. dar ciência ao Contratante, através da fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, sem prejuízo de prévia comunicação verbal, caso a situação exija imediata providência;

13.1.21. prover a disposição de resíduos conforme exige a legislação ambiental em vigor no país;

13.1.22. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

13.1.23. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

13.1.24. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;



13.1.25. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

13.1.26. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 055/2022.

XIV. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

14.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

14.1.2. O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

14.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

14.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

14.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.



XV. DO CONTRATO

15.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 10.024/2019.

15.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

15.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 15.3.2.

15.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

15.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XVI. DA RESCISÃO

16.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

16.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "b" ou "c" do subitem 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas no subitem 11.2.1.4 e na alínea "d" do subitem 11.3.

XVII. DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

17.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

XIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18.2. O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento do objeto contratado. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.

18.3. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

18.4. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.



18.5. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Compras.gov.br”.

Florianópolis, 28 de julho de 2022.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para as instalações e equipamentos que integram o sistema de climatização dos imóveis que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense, localizados nas regiões 1 a 6, **E/OU na região** __, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. ____ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 14.059/2022 (Pregão n. 055/2022), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____ em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, com a Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021 e com a Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida _____, telefone _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para as instalações e equipamentos que integram o sistema de climatização dos imóveis que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense, localizados nas regiões 1 a 6, **E/OU na região** __, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, com a Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021 e com a Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para as instalações e equipamentos que integram o sistema de climatização dos imóveis que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense, localizados nas regiões 1 a 6, **E/OU na região** __, na forma como segue:

REGIÃO 1			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Biguaçu	2ªZE	R Hermógenes Prazeres, 277, Centro, 88160-152, Biguaçu/SC	48 3243 4052 48 988077773
Florianópolis	12ª, 13ª, 100ªZE	Rua São Francisco 234, Centro, 88015-203, Florianópolis/SC	48 3248 6609/ 48 988099474 48 3222 8739/ 48 988113336



			48 3224 6751/ 48 988099297
Palhoça	24ªZE	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, 88132-150, Palhoça/SC	48 3242 4528/ 48 988129773
Palhoça	Depósito Multiuso	Servidão Antônio José Guarezi, 130 - Jardim Eldorado - Palhoça/SC	48 988260034
Santo Amaro da Imperatriz	67ªZE	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01, Centro, 88140-000, Santo Amaro da Imperatriz/SC	48 3245 2500/ 48 988067384
São José	29ª, 84ªZE e Seção de Arquivo TRE_SC	Av Acioni Souza Filho (beira-Mar de São José), Praia Comprida, 88103-790, São José/SC	48 3259 7187/ 48 988137195 48 3259 0963/ 48 988082982 32479108
Tijucas	31ªZE	Rua Alexandre Ternes Neto, 144, Centro, 88200-000, Tijucas/SC	48 3263 0698/ 48 988137758
São João Batista	53ªZE	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo, Centro, 88240-000, São João Batista/SC	48 3265 0459/ 48 988054840

E/OU

REGIÃO 2			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Araranguá	1ªZE	Avenida Coronel João Fernandes, 1234, Urussanguinha, 88905-478, Araranguá/SC	48 3524 0494/ 48 988076280
Braço do Norte	44ªZE	Rua Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro, Centro, 88750-000, Braço do Norte/SC	48 988054212
Criciúma	10ª 92ª e 98ªZE	Av. Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado, Centro, 88801-500, Criciúma/SC	48 3433 1347/ 48 988083028 48 3438 2502/ 48 988083357 48 3437 3574/ 48 988084754
Içara	79ªZE	R Vitória, 201 - Centro, Centro, 88820-000, Içara/SC	48 3432 3174/ 48 988081566
Imbituba	73ªZE	Rua Nereu Ramos, 346, Centro, 88780-000, Imbituba/SC	48 3255 1497/ 48 988070382
Imaruí	62ªZE	Rua Antonio Bittencourt Capanema S/n, Centro, 88770-000, Imaruí/SC	48 988061409/ 48 988061409
Laguna	20ªZE	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu, Progresso, 88790-000, Laguna/SC	48 3644 0703/ 48 988119642
Orleans	23ªZE	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde D'Eu, 88870-000, Orleans/SC	48 3466 1880/ 48 988128065



Turvo	42ªZE	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América, Cidade Alta, 88930-000, Turvo/SC	48 3525 0956/ 48 988052543
Sombrio	54ªZE	Rua Santo Antônio, N. 204, Centro, 88960-000, Sombrio/SC	48 3533 0801/ 48 988058343
Tubarão	33 e 99ªZE	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar, Centro, 88701-105, Tubarão/SC	48 3626 7120/ 48 988045453 48 3626 6227/ 48 988090873
Urussanga	34ªZE	Rua Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1, Centro, 88840-000, Urussanga/SC	48 3465 3530/ 48 988051711

E/OU

REGIÃO 3			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Balneário Camboriú	56ª e 103ª ZE	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore, Centro, 88330-363, Balneário Camboriú/SC	47 3366 0871/ 47 988167104 47 3398 4605/ 47 988344311
Balneário Piçarras	68ª ZE	Av Getúlio Vargas, 123, Centro, 88380-000, Balneário Piçarras/SC	47 3345 1155/ 47 988183693
Blumenau	3ª e 88ªZE	Praça Victor Konder, N. 60, Fórum Universitário, Centro, 89010-150, Blumenau/SC	47 3326 4850/ 47 988123983 47 3329 1999/ 47 988264173
Brusque	5ª e 86ªZE	Rua Humberto Mattioli, 78, Centro, 88350-140, Brusque/SC	47 3396 6215/ 47 988125787 47 3355 6532/ 47 988222394
Gaspar	64ªZE	Rua Jackceia de Andrade, N. 66, Sete de Setembro, 89114-820, Gaspar/SC	47 3332 1256/ 47 988182226
Ibirama	14ªZE	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea, Centro, 89140-000, Ibirama/SC	47 3357 3522/ 47 988131894
Indaial	15ªZE	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10, Centro, 89080-063, Indaial/SC	47 3333 3011/ 47 988133814
Itajaí	16ª e 97ªZE	Avenida José Eugênio Muller, 406, 88303-170, Itajaí/SC	47 988135376 47 3346 3531/ 47 988331702
Itapema	91ªZE	Avenida Nereu Ramos, N. 1180, Centro, 88220-000, Itapema/SC	47 3268 0605/ 47 988279328
Ituporanga	39ªZE	Rua João Steffens, 425, Seminário, 88400-000, Ituporanga/SC	47 3533 1605/ 47 988157814
Joinville	19ª, 76ª, 95ª, 96ª e 105ªZE	R Jaguaruna, 38, Centro, 89201-450, Joinville/SC	47 3433 7023/ 47 988139344 47 988191530



			47 3433 8671/ 47 988298312 47 3422 1354/ 47 988324236 47 988352259
Pomerode	55ªZE	R. Xv de Novembro, N. 700, Fórum Estadual, Centro, 89107-000, Pomerode/SC	47 3387 1367/ 47 988163847
Rio do Sul	26ª e 102ªZE	Rua Julio Roussenq Filho, 265, Jardim América, 89160-000, Rio do Sul/SC	47 3521 4803/ 47 988143125 47 3521 4803/ 47 988343344
São Francisco do Sul	27ªZE	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300, Centro, 89240-000, São Francisco do Sul/SC	47 3444 1355/ 47 988151072
Taió	46ªZE	Rua Padre Eduardo, 600, Padre Eduardo, 89190-000, Taió/SC	47 3562 0198/ 47 988161097
Timbó	32ªZE	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro, Centro, 89120-000, Timbó/SC	47 3382 2837/ 47 988153986
Trombudo Central	57ªZE	R Getúlio Vargas, 411, Cidade Alta, 89176-000, Trombudo Central/SC	47 988171199
Navegantes	106ªZE	R. Anibal Gaya, N. 525, Centro, 88370-474, Navegantes/SC	47 3319 2252/ 47 988192916

E/OU

REGIÃO 4			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Mafra	22ªZE	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548, Nossa Senhora Aparecida, 89300-000, Mafra/SC	47 3642 5987/ 47 988142276
Porto União	25ªZE	R Matos Costa, 344, Centro, 89400-000, Porto União/SC	42 3523 3332/ 42 988114037
Itaiópolis	38ªZE	Rua Carril Pflanzner, N. 69, Centro, Centro, 89340-000, Itaiópolis/SC	47 3652 2791/ 47 988156178
Papanduva	81ªZE	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11, Centro, 89370-000, Papanduva/SC	47 3653 2292/ 47 988216846
Jaraguá do Sul	17ª e 87ªZE	Rua Angelo Schiochet, N. 90, Centro, 89251-520, Jaraguá do Sul/SC	47 3275 1183/ 47 988136047 47 3371 4542/ 47 988242394
São Bento do Sul	30ªZE	Rua Henrique Schwarz, N. 554, Sl.04, Centro, 89280-115, São Bento do Sul/SC	47 3633 4236/ 47 988151580
Guaramirim	60ªZE	Rua 28 de Agosto, N. 2000, Centro, 89270-000, Guaramirim/SC	47 3373 0967/ 47 988175446
Rio Negrinho	74ªZE	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo, Bela Vista, 89295-000, Rio Negrinho/SC	47 3644 1838/ 47 988188795



REGIÃO 5			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Anita Garibaldi	52ªZE	Avenida Eduardo Salmoria 485, Centro, 88590-000, Anita Garibaldi/SC	49 3543 0322/ 49 988054821
Bom Retiro	4ªZE	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo., 1º andar, Centro, 88680-000, Bom Retiro/SC	49 3277 0575/ 49 988000239
Caçador	6ªZE	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01, Centro, 89500-196, Caçador/SC	49 3567 0725/ 49 988001815
Campos Novos	7ªZE	R Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2 Andar, Centro, 89620-000, Campos Novos/SC	49 3541 1104/ 49 988006780
Capinzal	37ªZE	Rua Narciso Barison, 171, Centro, 89665-000, Capinzal/SC	49 3555 2459/ 49 988031048
Concórdia	9ª e 90ªZE	R Ângelo Ari Biezu, N. 69, Térreo, Centro, 89700-194, Concórdia/SC	49 3442 0039/ 49 988008703 49 3444 5970/ 49 988708504
Curitibanos	11ªZE	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, 140, Sao Francisco, 89520-000, Curitibanos/SC	49 3241 0533/ 49 988010199
Fraiburgo	77ªZE	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03, São José, 89580-000, Fraiburgo/SC	49 988699568/ 49 988699568
Joaçaba	18ª e 85ªZE	Av. XV de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02, Centro, 89600-000, Joaçaba/SC	49 3522 1246/ 49 988012612 49 3521 3574/ 49 988703813
Lages	21ª, 93ª e 104ªZE	Avenida Belizário Ramos, 3.800, Bloco B, Centro, 88502-100, Lages/SC	49 3222 8316/ 49 988017273 49 3222 8312/ 49 988712360 49 3222 8317/ 49 988718569
Santa Cecília	51ªZE	Av. XV de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5, Centro, 89540-000, Santa Cecília/SC	49 988054298
São Joaquim	28ªZE	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13, Centro, 88600-000, São Joaquim/SC	49 3233 2088/ 49 988019387
Tangará	47ªZE	Avenida Irmãos Piccoli, N. 220, Sala 106 e 107, Centro, Centro, 89642-000, Tangará/SC	49 3532 1024/ 49 988048752
Videira	36ªZE	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03, Santa Tereza, 89560-290, Videira/SC	49 3533 2378/ 49 988028840



REGIÃO 6			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Abelardo Luz	71ªZE	Avenida Pe. João Smedt, 1274.	49 3445 4625
Campo Erê	69ªZE	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, 794, Sala 2.	49 3655 1225
Chapecó	35ª e 94ªZE	Avenida Nereu Ramos, 1841-E.	49 3323 5445
Modelo	83ªZE	Rua Xv de Novembro, 476.	49 3365 3404
Dionísio Cerqueira	50ªZE	Av Santa Catarina, 218.	49 3644 0446
Itapiranga	65ªZE	Rua São Bonifácio, 280.	49 3677 0207
Maravilha	58ªZE	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01.	49 3664 0856
Palmitos	41ªZE	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2.	49 3647 0539
Pinhalzinho	66ªZE	Avenida Capitão Anízio, 1.037.	49 3366 1822
Ponte Serrada	63ªZE	Avenida XV de Novembro, 86, Sala 2, Edifício Marafon.	49 3435 0004
Quilombo	78ªZE	Avenida Coronel Ernesto Bertaso 1300 SI5, Ed Dom Victório.	49 3346 3361
São Carlos	70ªZE	Rua La Salle, 228.	49 3325 4038
São Lourenço do Oeste	49ªZE	Rua Rui Barbosa, 830, Térreo.	49 3344 1255
São Miguel do Oeste	45ªZE e 82 ZE	Rua Marquês do Herval, 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser.	49 3621 0886
Seara	61ªZE	Rua Sétimo Casarotto, 98. Sala 2.	49 3452 4763
Xanxerê	43ªZE	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1.	49 3433 5056
Xaxim	48ªZE	Rua Rio Grande, 653.	49 3353 1358

1.2. Requisitos Técnicos

1.2.1. A contratação abrange a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização, para cada item, nas condições a seguir descritas:

1.2.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos deverão ser efetuados de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, com objetivo de mantê-los em perfeitas condições de uso e de prevenir riscos à saúde das pessoas, observando-se as normas vigentes - inclusive da **ABNT** - e o Plano de Manutenção, Operação e Controle (**PMOC**).

1.2.1.2. Os serviços deverão ser prestados por profissionais devidamente habilitados e credenciados pela Contratada, a qual deverá manter em seu quadro de pessoal responsável técnico habilitado para supervisionar a execução dos serviços.

1.2.1.3. Correrá por conta da Contratada as despesas de deslocamento de seus técnicos ao local de manutenção, incluindo despesas referentes a transporte.

1.2.1.4. A Contratada deverá apresentar o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** e seu cronograma de execução **em até 05 (cinco) dias úteis** da assinatura deste contrato, podendo o Contratante modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, caso comprove estarem em desacordo com as normas vigentes ou contrariem orientações do fabricante dos equipamentos, situações em que a Contratada atualizará o **PMOC** no prazo de 2 (dois) dias úteis.



1.2.1.5. A Contratada deverá encaminhar, por escrito e em meio digital, juntamente com a nota fiscal/fatura, o relatório dos serviços prestados, geral, e por equipamento, identificando sua localização, patrimônio, data de realização das manutenções, discriminação de peças substituídas, além de recomendações e comunicações de fatos de interesse do Contratante.

1.2.1.6. A manutenção deverá ser realizada preferencialmente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, **das 12 às 19 horas**, conforme cronograma a ser apresentado pela Contratada e aprovado pelo Contratante. Excepcionalmente, a critério do Contratante, poderá ser agendada a execução de manutenção em dias e horários não previstos acima.

1.2.1.7. A Contratada deverá diagnosticar problemas de mau funcionamento dos aparelhos, fornecendo à Contratante informações sobre o planejamento e execução das medidas preventivas e/ou corretivas dos problemas existentes.

1.2.1.8. Para limpeza dos equipamentos, somente será permitida a utilização de produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde.

1.2.1.9. A ausência de previsão de qualquer procedimento técnico neste Contrato não exige a Contratada da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para o trabalho, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas vigentes.

1.3. Manutenção inicial

1.3.1. No primeiro mês desta contratação deverá ser realizada uma manutenção inicial, mais abrangente que as demais. A Contratada deverá realizar minuciosa inspeção em cada equipamento e na sua instalação, para certificar-se do adequado funcionamento, elaborando relatório detalhado de cada equipamento que deverá ser entregue ao responsável por este contrato. Na manutenção inicial deverão ser realizados todos os serviços elencados na Cláusula Primeira deste Contrato e no **PMOC** (rotinas trimestral e anual).

1.4. Manutenção Preventiva

1.4.1. A manutenção preventiva englobará as ações técnicas necessárias à garantia de desempenho e de durabilidade dos equipamentos, bem como a emissão de laudos sobre as condições dos equipamentos, sempre que solicitado, conforme recomendações do fabricante e normas técnicas específicas. Consistirá, ainda, em limpezas, conservação dos filtros de ar, limpezas interna e externa dos equipamentos, verificação de corrosão e seu tratamento, pinturas, verificação do nivelamento e isolamento dos equipamentos, observação de conexões, rolamentos e parafusos, inspeção de botões de acionamento e cabos de energia, verificação de operação de compressores, ventiladores e pás, medição de temperaturas e vazões de entrada e saída de ar dos equipamentos, verificação de vazamento de gás refrigerante, verificação e eliminação de ruídos e vibrações dos equipamentos, lubrificações, ajustes e reapertos, medições de corrente e tensão, aterramentos, entre outras.

1.4.2. Alterações da periodicidade das manutenções preventivas, considerando equipamentos, ambiente, circulação de pessoas, utilização dos equipamentos, locais críticos, etc. poderão ser propostas pelo responsável técnico ou pelo gestor deste contrato.

1.4.3. Os serviços de manutenção preventiva que estiverem previstos pelos fabricantes dos equipamentos deverão ser considerados. **Abaixo constam os serviços IMPRESCINDÍVEIS a serem realizados (poderá ser reduzida a periodicidade na execução dos serviços, assim como incluídas outras atividades, sempre que indicado pelo responsável técnico).**

1.4.3.1. Rotina trimestral (deverá ser realizada no primeiro mês desta contratação):

- a) verificar o estado dos filtros de ar, bem como existência de frestas, providenciando a limpeza ou substituição, se necessário;
- b) verificação do sistema de drenagem;
- c) verificar e corrigir vazamentos internos e externos;
- d) limpeza geral do equipamento;
- e) verificação geral do funcionamento do condicionador de ar, inclusive com relação a vibrações, ruídos e à eficiência do equipamento;
- f) limpeza minuciosa do evaporador (inclui limpeza da serpentina, carcaça e rotor);



- g) limpeza do condensador com escova apropriada;
- h) limpeza, verificação e lubrificação do conjunto moto-ventilador;
- i) limpeza da bandeja do condensado e de todo sistema de drenagem;
- j) examinar a estrutura de fixação (suportes, parafusos de fixação, entre outros, e efetuar as correções necessárias (substituir o suporte, quando necessário);
- k) medir e registrar: amperagens, tensão e temperatura de insuflamento e retorno – registrar em relatório;
- l) verificar a vedação e o fechamento de tampas e painéis, completando o que faltar;
- m) verificar e corrigir o estado de amortecedores de vibração;
- n) verificar a carga de gás refrigerante e a contaminação do sistema através do visor de líquido e indicador de umidade;
- o) verificar e limpar a serpentina e o rotor do evaporador;
- p) verificar o estado da pastilha bacteriostática;
- q) verificar e corrigir a fixação e danos existentes nas tubulações ou no isolamento;
- r) verificar vazamentos e reapertar conexões;
- s) verificar a operação das válvulas e de dispositivos de segurança e controle, tais como relés térmicos, pressostatos de alta, baixa e óleo.

1.4.3.2. Rotina anual (deverá ser realizada no primeiro mês desta contratação):

- a) eliminar focos de oxidação e ferrugem e retocar pintura;
- b) remover os chassis e lavar externamente o evaporador e o condensador;
- c) desincrustação e limpeza minuciosa nas serpentinas do condensador e do evaporador;
- d) medir as pressões de trabalho do compressor (PA e PB) e registrar em relatório;
- e) medir o superaquecimento do gás refrigerante e registrar em relatório;
- f) verificar os revestimentos protetores internos (gabinete e linhas de gás refrigerante);
- g) verificar os sistemas elétricos e eletrônicos, quanto às suas condições, existência de sujeira, danos ou corrosão;
- h) limpar terminais e contatos elétricos;
- i) verificar e corrigir o funcionamento, fixação e aperto dos componentes eletromecânicos, terminais, e conexões elétricas em geral;
- j) verificar a fixação e a existência de vibrações ou ruídos anormais no compressor e efetuar os reparos necessários;
- k) verificar o nível de óleo do compressor, quando possível.

1.5. Manutenção Corretiva

1.5.1. A manutenção corretiva engloba os procedimentos necessários para recuperar o perfeito estado de uso dos equipamentos, com a correção de defeitos que possam danificá-los ao longo do tempo, consistindo, basicamente, em substituições de componentes, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para cada equipamento.

1.5.2. O atendimento para manutenção corretiva deverá ser realizado, em regra, nos dias úteis, durante o **horário de 12 às 19 horas**.

1.5.3. Quando for constatada a necessidade de substituição de peças deverá a Contratada apresentar laudo técnico e orçamento prévio detalhado das peças e do número de horas necessárias para manutenção corretiva, para apreciação do TRE-SC (verificação de compatibilidade com os preços de mercado). Ressalva-se, apenas, as três peças principais que têm seus preços registrados neste Contrato (compressor, motor do ventilador e placas eletrônicas principais, conforme previsão na Cláusula Segunda deste Contrato). Nos casos de comprovada urgência, o orçamento poderá ser dispensado pela Administração.



1.5.4. Para cobrir as despesas com mão de obra dos serviços de manutenção corretiva, a Contratada receberá o valor descrito na Cláusula Segunda deste Contrato (mão de obra / hora de manutenção corretiva).

1.5.5. A substituição de peças somente ocorrerá depois de atestada a exequibilidade do preço, mediante pesquisa de mercado a ser realizada pelo Contratante. Comprovando-se excessivo o preço praticado pela Contratada, ficará o Contratante autorizado a adquirir tais peças de terceiros.

1.5.6. Em havendo aprovação do orçamento prévio apresentado, o Contratante autorizará a execução da manutenção com o fornecimento das respectivas peças, não contabilizando no prazo de execução o período transcorrido entre a apresentação do orçamento prévio e a autorização pelo Contratante.

1.5.7. Em não havendo aprovação do orçamento prévio, a contagem do prazo de execução será retomada a partir do recebimento, pela Contratada, das peças adquiridas pelo Contratante.

1.5.8. Todas as peças substituídas, assim como as novas que serão utilizadas, deverão ser apresentadas ao gestor deste contrato.

1.5.9. Sempre que houver previsão de a conclusão da manutenção corretiva ultrapassar os prazos estabelecidos neste Contrato, a Contratada deverá, no prazo previsto para a conclusão da manutenção, após aviso prévio ao Contratante, realizar a instalação de equipamento similar, até que o defeito do equipamento em manutenção seja sanado.

1.5.10. Para equipamentos que se encontrem cobertos por garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados se o defeito não estiver coberto pela garantia de fábrica e após autorização expressa pelo gestor do contrato. Em caso de defeito de fabricação, a Contratada comunicará o fato ao Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da constatação, mediante emissão de laudo técnico, assinado pelo técnico responsável.

1.5.11. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, a Contratada se responsabilizará por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia de fábrica. Caso a Contratada execute serviços que resultem na perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

1.5.12. Executados os serviços de manutenção corretiva, a Contratada fornecerá relatório à fiscalização, discriminando as intervenções corretivas executadas em cada unidade.

1.6. Desinstalação e Instalação de Equipamentos

1.6.1. É dever da Contratada realizar a instalação/desinstalação de equipamentos de propriedade da Contratante, sempre que solicitado. Não há limite de abertura de chamados para instalação/desinstalação.

1.6.1.1. Todas as despesas com mão de obra e com os materiais necessários para a instalação - onde incluem-se os suportes, linhas frigorígenas, eletrodutos, cabos, gás, isolantes térmicos, entre outros - correrão às expensas da Contratada, que receberá para tal atividade o valor descrito na Cláusula Segunda deste Contrato.

1.6.2. Procedimentos indispensáveis na instalação dos equipamentos

1.6.2.1. Antes de iniciar a instalação dos equipamentos, a Contratada deverá apresentar ao gestor do contrato as seguintes ferramentas, indispensáveis à correta instalação dos equipamentos (a instalação não poderá ser iniciada antes da apresentação de todas as ferramentas listadas abaixo):

- ✓ Bomba de alto vácuo, capaz de atingir 200 microns de Hg.
- ✓ Cilindro de nitrogênio.
- ✓ Cortador de tubo.
- ✓ Dobrador de tubo (poderá ser utilizada a mola para dobramento).
- ✓ Kit flangeador.
- ✓ Manifold.
- ✓ Rebarbeador (pode ser integrado ao cortador de tubo).
- ✓ Regulador de pressão aferido, com 2 manômetros (um para medição da pressão do cilindro e o outro para medição da pressão de saída) e borboleta reguladora, com saída de pressão superior a 300 psi, para ser utilizado no teste de pressão.
- ✓ Termômetro aferido do tipo "Penta".
- ✓ Vacuômetro digital.

1.6.2.2. Os equipamentos deverão ser instalados respeitando os afastamentos mínimos de paredes e lajes indicados pelo fabricante.



a) caso a condensadora seja instalada no piso, é imprescindível conferir o nivelamento do mesmo e efetuar as correções, sempre que necessárias. Deverão ser utilizados calços de borracha e o equipamento deverá ser fixado no piso com parafusos sobre os calços de borracha, salvo quando se tratar de superfície dotada de impermeabilização;

b) antes de trabalhar com a tubulação de cobre e antes de colocar o isolamento térmico, deverão ser fechadas as duas extremidades da tubulação, impedindo a entrada de sujeira;

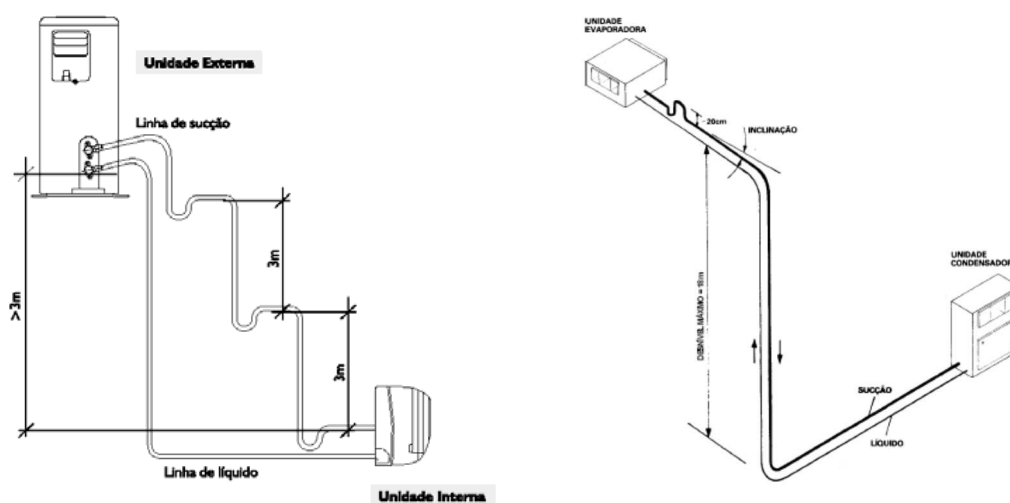
c) em hipótese alguma poderá ser utilizada serra para corte do tubo de cobre. Tubulações que receberam algum corte de serra não poderão ser utilizadas, evitando-se assim o entupimento do capilar e danos ao compressor. O corte dos tubos deverá ser realizado sempre utilizando pequenos apertos no cortador de tubo, com posterior realização de uma volta completa a cada aperto. Após o corte, é necessária a escareação interna das bordas do tubo, para facilitar o flangeamento (sempre com os tubos virados para baixo, para evitar o ingresso de sujeira na tubulação);

d) antes de iniciar o flangeamento, deverá ser aplicado um pouco de óleo no cone do flangeador, para facilitar o procedimento. Deverá ser utilizado o bloco flangeador;

e) não serão admitidas emendas nas tubulações de cobre que possuem comprimento inferior a 10 (dez) metros;

f) quando a evaporadora estiver abaixo da condensadora, com desnível maior que 3 (três) metros, é obrigatória a realização de sifão na linha de sucção, para garantir o retorno de óleo para o compressor. Em hipótese alguma poderá haver trechos com desnível maior do que 3 (três) metros sem a utilização de sifão;

g) quando a evaporadora estiver acima da condensadora, é obrigatória a realização de sifão na saída da unidade evaporadora, na linha de sucção, sendo que o sifão deverá ter sua curva superior em um nível acima da unidade evaporadora;



h) todas as dobras na tubulação de cobre deverão ser feitas com o auxílio de ferramenta adequada (mola de dobramento), para evitar estrangulamento dos tubos. Em hipótese alguma poderão ser feitas curvas nos tubos com as mãos;

i) sobre o conjunto de tubos de cobre isolados e eletrodutos, deverá ser aplicada fita vinílica para produzir a chamada “barreira de vapor”, de forma a evitar condensação e deterioração precoce do isolamento;

j) utilizar para o dreno tubo de PVC de 25mm, dotado de isolamento térmico para evitar condensação. É imprescindível a realização de sifão no tubo de dreno, para evitar a entrada de insetos e gases no ambiente;

k) após fixadas e conectadas as linhas de líquido e sucção, deverá ser realizado o teste de pressão com nitrogênio, utilizando-se regulador de pressão aferido. O teste deverá ser realizado utilizando-se 250 psi de pressão. No momento do teste, permitir que a gestão do contrato verifique a pressão utilizada e retire foto do instrumento. Deverá ser aplicada com pincel uma mistura de água com sabão/detergente líquido sobre todas as conexões e emendas, para constatar a inexistência de vazamentos. Detectores eletrônicos também poderão ser utilizados;



l) após teste de pressão, efetuar a desidratação do sistema, utilizando-se bomba de alto vácuo. Conectar na bomba de vácuo o *manifold* e o vacuômetro digital. Testar a bomba e verificar se ela atinge menos que 200 *microns* de Hg (caso contrário, a bomba deverá ser substituída). Atestado o bom funcionamento da bomba, efetuar vácuo na linha. A pressão interna da linha deverá ficar abaixo de 400 *microns* de Hg. Caso a bomba não consiga abaixar a pressão da linha até 400 *microns* de Hg, a bomba de vácuo deverá ser substituída;

m) atingido o vácuo mínimo de 400 *microns* de Hg (recomenda-se 300 *microns* de Hg), a bomba de vácuo poderá ser desconectada e o gás refrigerante poderá ser liberado na linha (a liberação do fluido deve ser feita abrindo primeiramente a linha de líquido);

n) havendo necessidade, colocar gás refrigerante adicional. É indispensável purgar a mangueira do *manifold* antes de inserir o gás no equipamento;

o) após o término da instalação do equipamento, efetuar o teste de superaquecimento. Instalar o sensor de temperatura “Penta” na linha de sucção e ligar o equipamento. Após 20 minutos de funcionamento, efetuar o cálculo do superaquecimento, de acordo com as tabelas fornecidas pelo fabricante (1. Verificar a pressão de baixa do sistema e utilizar a tabela “pressão de saturação” x “temperatura” para obter a temperatura de saturação do fluido no evaporador; 2. Calcular o superaquecimento, que é a subtração da temperatura lida pela temperatura tabelada – o superaquecimento deverá ficar, em regra, entre 5 e 7 graus, ou conforme orientação do fabricante; 3. Em caso de superaquecimento acima do valor recomendado, deverá ser adicionado gás refrigerante e efetuado novo teste);

p) por fim, avaliar o equipamento através da diferença de temperatura entre o ar de insuflamento e de retorno, na evaporadora do equipamento. Em regra, a diferença deve situar-se entre 14°C e 20°C e nunca deve ser inferior a 8°C; e

q) sempre que houver necessidade de furar materiais sujeitos à incidência de chuvas (por exemplo, paredes externas), realizar a furação no sentido descendente ou garantir que não haja ingresso de água de chuva para o ambiente.

1.6.2.3. Todas as etapas de instalação serão acompanhadas por fiscal especialmente designado, que irá aferir se todos os requisitos de instalação descritos acima foram efetivamente respeitados.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços e o fornecimento de materiais obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 055/2022, de ____/____/____, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em ____/____/____, por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. A Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na Cláusula Primeira:

2.1.1. Região 1:

a) o valor de R\$ _____ (_____), correspondente a mão de obra/hora da manutenção corretiva, em qualquer aparelho;

b) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

c) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

d) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

e) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

f) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;



g) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

h) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

i) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

j) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

k) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

l) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

m) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

n) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

o) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

p) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

q) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

r) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

s) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h.

E/OU

2.1.2. Região 2:

a) o valor de R\$ _____ (_____), correspondente a mão de obra/hora da manutenção corretiva, em qualquer aparelho;

b) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

c) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

d) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

e) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

f) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

g) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

h) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

i) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;



- j) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;
- k) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;
- l) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;
- m) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;
- n) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;
- o) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;
- p) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;
- q) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;
- r) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;
- s) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h.

E/OU

2.1.3. Região 3:

- a) o valor de R\$ _____ (_____), correspondente a mão de obra/hora da manutenção corretiva, em qualquer aparelho;
- b) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;
- c) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;
- d) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;
- e) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;
- f) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;
- g) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;
- h) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;
- i) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;
- j) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;
- k) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;
- l) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;



m) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

n) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

o) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

p) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

q) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

r) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

s) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h.

E/OU

2.1.4. Região 4:

a) o valor de R\$ _____ (_____), correspondente a mão de obra/hora da manutenção corretiva, em qualquer aparelho;

b) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

c) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

d) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

e) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

f) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

g) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

h) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

i) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

j) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

k) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

l) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

m) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

n) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

o) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;



p) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

q) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

r) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

s) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h.

E/OU

2.1.5. Região 5:

a) o valor de R\$ _____ (_____), correspondente a mão de obra/hora da manutenção corretiva, em qualquer aparelho;

b) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

c) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

d) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

e) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

f) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

g) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

h) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

i) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

j) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

k) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

l) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

m) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

n) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

o) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

p) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

q) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

r) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;



s) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h.

E/OU

2.1.6. Região 6:

a) o valor de R\$ _____ (_____), correspondente a mão de obra/hora da manutenção corretiva, em qualquer aparelho;

b) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

c) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

d) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à manutenção preventiva trimestral em aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

e) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

f) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

g) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à desinstalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

h) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

i) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

j) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente à instalação de aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

k) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

l) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

m) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de compressor para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

n) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

o) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

p) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de motor de ventilador para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h;

q) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* de até 13.000 Btu/h;

r) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos *Hi-wall* acima de 13.000 Btu/h;

s) o valor unitário de R\$ _____ (_____), referente ao fornecimento de placa eletrônica principal para aparelhos Piso-teto ou Cassete de até 80.000 Btu/h.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ANUAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor anual estimado a importância de R\$ _____ (_____), considerando-se os valores fixados na subcláusula 2.1, e:



- a) 1 (uma) hora de manutenção corretiva executada em cada equipamento durante o período de 1 (um) ano;
- b) 4 (quatro) manutenções preventivas executadas em cada aparelho durante o período de 1 (um) ano;
- c) 10% dos aparelhos sofram instalação/desinstalação durante o período de 1 (um) ano;
- d) 10% dos compressores necessitem de substituição durante o período de 1 (um) ano;
- e) 5% dos motores dos ventiladores necessitem de substituição durante o período de 1 (um) ano; e
- f) 10% das placas eletrônicas principais necessitem de substituição durante o período de 1 (um) ano.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura **até 30/09/2026**, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

4.2. O prazo de execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, contados do recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelo representante da Contratante, é o discriminado abaixo:

4.2.1. Manutenção inicial:

A Manutenção inicial deverá ser iniciada a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura deste contrato. A Manutenção inicial deverá ser finalizada até o último dia do mês subsequente ao da assinatura deste contrato.

4.2.2. Manutenção preventiva:

Será executada conforme cronograma baseado no **PMOC** aprovado pelo Contratante, que terá **periodicidade mínima TRIMESTRAL**. Não será aceito nenhum **PMOC** que preveja manutenções com periodicidade superior a 3 (três) meses. As manutenções trimestrais deverão, obrigatoriamente, ser iniciadas e integralmente finalizadas no mesmo mês a que se referem (inicialmente, no primeiro mês de contratação; após, a cada três meses).

4.2.3. Manutenção corretiva:

4.2.3.1. O prazo para atendimento dos chamados iniciará a partir do envio de aviso da falha, que poderá ser formalizado por *e-mail* ou através de contato telefônico. Os prazos serão classificados pela Contratante, de acordo com o nível de prioridade:

a) a manutenção corretiva - SEM NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS - deverá ser executada no **prazo máximo de 3 (três) dias**, após a abertura do chamado pela Seção de Administração de Equipamentos e Móveis;

b) sendo necessária a substituição de peças, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio para apreciação, salvo nos casos em que ficar comprovada a urgência na troca das mesmas, ocasião em que poderá ser dispensado pela Administração o orçamento;

c) o prazo para fornecimento do orçamento prévio deverá ser de, no máximo, **3 (três) dias úteis** após a abertura do chamado;

d) após a aprovação do orçamento prévio e da devida autorização, a Contratada deverá executar o serviço nos prazos máximos de **5 (cinco) dias úteis**, quando o conserto for considerado urgente e de **10 (dez) dias úteis** nos demais casos.

4.3. Os equipamentos a serem mantidos constam relacionados no Anexo deste Contrato.

4.3.1. Durante a vigência deste contrato, os equipamentos de condicionamento de ar que forem adquiridos pelo TRE-SC, assim como aqueles que forem desinstalados, darão ensejo a Termo Aditivo. Para tanto, serão utilizados os valores expressos na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO



5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

6.1.2. O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

6.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, conforme discriminado a seguir:

a) Serviços: Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; e

b) Peças: Natureza da Despesa: 3.3.90.30, Elemento de Despesa: Material de Consumo, Subitem 24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2022NE000_____, em ____/____/____, no valor de R\$ _____ (_____).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio dos **Gestores do Contrato**, quais sejam, os servidores titulares da função de Chefe de Cartório das respectivas Zonas Eleitorais, ou seus substitutos, em conjunto ou individualmente, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.2.1. Ao Gestor, fica assegurado o direito de:

a) exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes deste Contrato; e

b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada.

9.3. Serão impugnados pela Gestão do Contrato todos os trabalhos que não satisfizerem as exigências contratuais e normativas, ficando a Contratada obrigada a desmanchá-los e refazê-los, correndo por sua exclusiva conta as despesas correspondentes, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

9.4. O acompanhamento de que trata a subcláusula 9.1 não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência do Edital do Pregão n. 055/2022 e em sua proposta, e, ainda:

10.1.2. manter no seu quadro de pessoal técnicos qualificados para a realização dos serviços;

10.1.3. entregar em **até 15 (quinze) dias** após o recebimento deste contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, ao gestor, as vias das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) que indicam a realização dos serviços descritos nesta contratação, com a indicação do responsável técnico, devidamente quitadas junto ao CREA-SC ou, caso seja uma empresa vinculada ao Conselho de Técnicos Industriais, com as respectivas vias dos TRTs (Termos de Responsabilidade Técnica) quitadas;

10.1.4. providenciar a presença dos membros da equipe técnica sempre que solicitado pela fiscalização;

10.1.5. fornecer todas as ferramentas, materiais, gases (onde incluem-se os fluidos refrigerantes) e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções sem custo adicional ao Contratante, bem como



mão de obra especializada;

10.1.6. fornecer peças e acessórios originais novos, após aprovação da fiscalização, conforme as recomendações do fabricante e normas técnicas específicas;

10.1.7. não sendo encontradas no mercado peças originais e/ou na impossibilidade de sua aquisição a curto prazo, poder-se-á, excepcionalmente, utilizar outras similares, desde que haja prévia autorização do gestor do contrato e de que tais peças sejam, comprovadamente, iguais ou superiores em qualidade de material, processo de fabricação, desempenho, durabilidade e garantia;

10.1.8. instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada;

10.1.9. não substituir ou alterar peças dos equipamentos sem o conhecimento do gestor do contrato;

10.1.10. oferecer **garantia** de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

10.1.11. prestar **assistência técnica** durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças substituídas, sanando problemas constatados nestas;

10.1.12. não movimentar qualquer equipamento, componente ou peça para fora das dependências do Contratante sem o conhecimento do gestor do contrato;

10.1.13. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como aqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

10.1.14. informar, até o início da vigência deste contrato, telefones e *e-mail*, que deverão permanecer ativos, e nomes dos funcionários responsáveis pela recepção e encaminhamento das solicitações dos serviços de manutenção;

10.1.15. manter a limpeza do local onde ocorrer a manutenção, recolhendo quaisquer resíduos decorrentes da intervenção e protegendo pisos, paredes, forros e demais áreas da edificação;

10.1.16. preencher, após cada serviço de manutenção, relatório de serviço com indicação dos materiais utilizados, serviços executados e eventuais ocorrências e fornecer cópia ao gestor do contrato;

10.1.17. encarregar-se, no caso de retirada dos equipamentos dos locais indicados na Cláusula Primeira, em razão da complexidade dos reparos, por todas as despesas referentes ao transporte do(s) equipamento(s), inclusive seguro;

10.1.18. fornecer ao Contratante todas as informações necessárias à fiscalização dos serviços, durante e após a execução dos serviços;

10.1.19. prestar, quando solicitado pelo Contratante, orientações e pareceres sobre instalação de novos equipamentos e outras melhorias a serem implantadas pelo Contratante;

10.1.20. dar ciência ao Contratante, através da fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, sem prejuízo de prévia comunicação verbal, caso a situação exija imediata providência;

10.1.21. prover a disposição de resíduos conforme exige a legislação ambiental em vigor no país;

10.1.22. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

10.1.23. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

10.1.24. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

10.1.25. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRE-SC; e



10.1.26. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 055/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e neste contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) causar o atraso na execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar a execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) declarar informações falsas; e
- g) cometer fraude fiscal.

11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

c) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

e) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

f) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

11.1.2. As sanções previstas na subcláusula 11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.3. A pena prevista na alínea “b” da subcláusula 11.1.1 poderá ser reduzida em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.4. Quando a ação ou omissão da Contratada ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2. Para os casos não previstos na subcláusula 11.1, se a Contratada descumprir as condições deste Contrato, ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do serviço não executado;

11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor mensal do serviço não executado;

11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.4. As sanções estabelecidas na subcláusula 11.1 e na alínea "d" da subcláusula 11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste Contrato, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor estimado mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.5.1. Os atrasos de que trata a subcláusula 11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do Contrato.

11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "d" da subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "d" da subcláusula 11.3 exaure-se a esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "b" ou "c" da subcláusula 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas na subcláusula 11.2.1.4 e na alínea "d" da subcláusula 11.3.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE



13.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

13.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. É vedada às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

14.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

14.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, em razão da execução do serviço objeto deste Contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da Contratada, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do Contratante.

14.5. A Contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

14.6. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

14.7. A Contratada é responsável, no término do presente contrato, pela devolução dos dados ao Contratante ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

14.8. Quando for caso de eliminação dos dados, a Contratada deverá informar ao Contratante a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a destinação das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ____ de _____ de 2022.



CONTRATANTE: _____
CONTRATADA: _____



ANEXO DO CONTRATO

EQUIPAMENTOS A SEREM MANUTENIDOS

Região 1

Local	Patrimônio	Ano compra	Marca	Modelo	Tipo	Cap. (BTU/h)
Biguaçu	24185	2009	Komeco	KO48QC	SPLIT PISO-TETO	48000
Biguaçu	38.592	2014	Samsung	AQV18PSBTN	SPLIT HI-WALL	18000
São João Batista	43.536	2016	Midea	38MKQA18M5	SPLIT HI-WALL	18000
São João Batista	43.357	2016	Midea	38MKQA18M5	SPLIT HI-WALL	18000
São João Batista	49.071	2019	Ecoblu	EB124QF/EBE2	SPLIT HI-WALL	24000
São João Batista	49.072	2019	Ecoblu	EB124QF/EBE2	SPLIT HI-WALL	24000
Palhoça	38.586	2013	Sansumg	AKV18PSBTMXAZ	SPLIT HI-WALL	18000
Palhoça	38.587	2013	Sansumg	AKV18PSBTMXAZ	SPLIT HI-WALL	18000
Palhoça	38.588	2013	Sansumg	AKV18PSBTMXAZ	SPLIT HI-WALL	18000
Palhoça	38.589	2013	HITACHI	RACIV12BH	SPLIT HI-WALL	12000
Palhoça	36.573	2013	Midea	Vita inverter	SPLIT HI-WALL	9000
Palhoça	42.963	2016	Komeco	KOHI24QCBB	SPLIT HI-WALL	24000
Palhoça	12.907	2014	Eletrolux	AER18R	Parede	18000
Santo Amaro da Imperatriz	37.220	2013	Eletrolux	BI22R/BE2	SPLIT HI-WALL	22000
Santo Amaro da Imperatriz	37.221	2013	Eletrolux	BI22R/BE2	SPLIT HI-WALL	22000
São José	32.591	2012	LG	LTUH242PLEo	SPLIT CASSETE	48000
São José	20.301	2007	Carrier	Carrier Space	SPLIT CASSETE	48000
São José	20.201	2014	Springer		SPLIT HI-WALL	18000



São José	20.202	2014	Springer		SPLIT HI-WALL	18000
São José	42.194	2016	Carrier		SPLIT PISO/TETO	58000
São José	41.719	2015	Elgin	45KHQE48000	SPLIT CASSETE	48000
São José	41.720	2015	Elgin	45KHQE48000	SPLIT CASSETE	48000
São José	41.721	2015	Elgin	45KHQE48000	SPLIT CASSETE	48000
São José	32.592	2012	LG	LTUH182QLEo	SPLIT CASSETE	18000
São José	42.200	2016	Midea	42MKQA12M5	SPLIT HI-WALL	12000
São José	38.591	2014	HITACHI	RACIV12BH	SPLIT HI-WALL	12000
Tijucas	31.706	2012	KOMECO	KOP48QC	SPLIT PISO-TETO	48000
Tijucas	48.063	2018	KOMECO	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000

E/OU

Região 2

Local	Patrimônio	Ano compra	Marca	Modelo	Tipo	Cap. (BTU/h)
Araranguá	43.837	2017	MIDEA	KO48QC	SPLIT HI-WALL	18000
Araranguá	43.838	2017	Carrier		SPLIT HI-WALL	22000
Araranguá	43.839	2017	Carrier		SPLIT HI-WALL	22000
Braço do Norte	35.746	2013	Carrier	42XQCo48515LC /38QCD048235 M	SPLIT PISO-TETO	48000
Braço do Norte	53.031	2021	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
Braço do Norte	53.032	2021	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
Criciúma	31.722	2012	Carrier	38KQDo24	SPLIT CASSETE	24000
Criciúma	31.723	2012	Carrier	38KQDo24	SPLIT CASSETE	24000
Criciúma	46.101	2018	FIJTSU	ABBG45LRTA	SPLIT CASSETE	42000
Criciúma	31.726	2012	Carrier	38KQDo48	SPLIT CASSETE	48000



Criciúma	31.724	2012	Carrier	38KQDo36	SPLIT CASSETE	36000
Criciúma	31.725	2012	Carrier	38KQDo48	SPLIT CASSETE	48000
Içara	27.390	2010	KOMECO	KOP6oQC	SPLIT PISO-TETO	60000
Imbituba	42.899	2016	FIJTSU	ABBG45LRTA	SPLIT PISO-TETO	42000
Imbituba	53.040	2021	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
Imaruí	36.571	2013	Midea	Vita inverter	SPLIT HI-WALL	9000
Imaruí	36.572	2013	Midea	Vita inverter	SPLIT HI-WALL	22000
Laguna	37.221	2019	Agratto	3998	SPLIT HI-WALL	18000
Laguna	32.591	2018	Ecoblu	EBI18QF	SPLIT HI-WALL	18000
Orleans	37.168	2014	Eletrolux	BI18R/BE	SPLIT HI-WALL	18000
Orleans	37.169	2014	Eletrolux	BI18R/BE	SPLIT HI-WALL	18000
Turvo	35.738	2013	Midea	MSC22HRN1	SPLIT HI-WALL	22000
Turvo	35.739	2013	Midea	MSC22HRN1	SPLIT HI-WALL	22000
Turvo	35.740	2013	Midea	Vita inverter	SPLIT HI-WALL	9000
Sombrio	31.366	2012	Midea	MPE-36HR	SPLIT PISO-TETO	36000
Sombrio	35.909	2013	Midea	42MEQA-12M5	SPLIT HI-WALL	12000
Tubarão	42.894	2016	Carrier	42XQM60C5	SPLIT PISO-TETO	60000
Tubarão	42.895	2016	Carrier	42XQM60C5	SPLIT PISO-TETO	60000
Tubarão	42.896	2016	Carrier	42XQM60C5	SPLIT PISO-TETO	60000
Urussanga	19.172	2006	Gree	GST6o-38R/A	SPLIT PISO-TETO	60000

E/OU

Região 3

Local	Patrimônio	Ano compra	Marca	Modelo	Tipo	Cap. (BTU/h)
-------	------------	------------	-------	--------	------	-----------------



Balneário Camboriú	31.719	2012	Rheem	RB1HW24HP 2B	SPLIT HI-WALL	24000
Balneário Camboriú	31.720	2012	Rheem	RB1HW24HP 2B	SPLIT HI-WALL	24000
Balneário Camboriú	51.087	2020	Komeco	KOHI18QC	SPLIT HI-WALL	18000
Balneário Camboriú	51.088	2020	Komeco	KOHI18QC	SPLIT HI-WALL	18000
Balneário Piçarras			Komeco	KOP60FC64	SPLIT PISO-TETO	55000
Balneário Piçarras			Komeco	KOP60FC64	SPLIT PISO-TETO	55000
Balneário Piçarras			Komeco	KOP60FC64	SPLIT PISO-TETO	55000
Balneário Piçarras			Komeco	KOP60FC64	SPLIT PISO-TETO	55000
Blumenau	35.996	2013	Carrier	42LVQA0225 15LC	SPLIT HI-WALL	22000
Blumenau	35.997	2013	Carrier	42LVQA0225 15LC	SPLIT HI-WALL	22000
Blumenau	35.998	2013	Carrier	42LVQA0225 15LC	SPLIT HI-WALL	22000
Blumenau	35.995	2013	Carrier	42LVQA0185 15LC	SPLIT HI-WALL	18000
Blumenau	35.999	2013	Carrier	42LVQA0225 15LC	SPLIT HI-WALL	22000
Brusque	53.034	2021	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
Brusque	49.080	2018	Ecoblu	EBI24QF	SPLIT HI-WALL	24000
Brusque	49078	2018	Ecoblu	EBI24QF	SPLIT HI-WALL	24000
Gaspar	28.411	2011	Gree	GWHN09JAN D1A1A	SPLIT HI-WALL	9000
Gaspar	51.413	2020	KOMECO	KOC24CHSA	SPLIT HI-WALL	24000
Gaspar	51.414	2020	KOMECO	KOC24CHSA	SPLIT HI-WALL	24000
Ibirama	36228	2013	Carrier	42XQC04851 5LC	SPLIT PISO-TETO	48000
Ibirama	36229	2013	Springer		SPLIT HI-WALL	12000
Indaial	23.231	2008	Electrolux	SI/SE12R	SPLIT HI-WALL	12000
Indaial	23.232	2008	Electrolux	Si/SE24R	SPLIT HI-WALL	24000
Indaial	43.451	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000



Itajaí	43.840	2016	Midea	42MKQA09M 5	SPLIT HI-WALL	9000
Itajaí	43.841	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itajaí	43.842	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itajaí	43.843	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itajaí	43.844	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itajaí	43.845	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itajaí	43.846	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itajaí	43.847	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itajaí	43.848	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itajaí	43.849	2016	Midea	42MKQA18M 5	SPLIT HI-WALL	18000
Itapema	30.787	2011	KOMECO	KOP48QC	SPLIT PISO-TETO	48000
Ituporanga	48.065	2018	KOMECO	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000
Ituporanga	49.049	2018	AGRATTO	3998	SPLIT HI-WALL	18000
Ituporanga	49.054	2018	AGRATTO	CCS12QF-R4	SPLIT HI-WALL	12000
Joinville	24.317	2009	Gree		SPLIT HI-WALL	12000
Joinville	19.173	2006	Gree	GST60- 38BR/A	SPLIT PISO-TETO	60000
Joinville	24.312	2009	Gree		SPLIT PISO-TETO	60000
Joinville	24.313	2009	Gree		SPLIT HI-WALL	9000
Joinville	24.316	2009	Gree		SPLIT HI-WALL	12000
Joinville	31.948	2012	Rheem	RB1PT48HP2 D	SPLIT PISO-TETO	48000
Joinville	31.728	2012	Midea	Estilo	SPLIT HI-WALL	18000
Joinville	24.315	2009	Gree		SPLIT HI-WALL	12000
Joinville	47.970	2018	Ecoblu	EBI12QF	SPLIT HI-WALL	12000
Joinville	49.085	2018	Ecoblu	EBI24QF	SPLIT HI-WALL	24000



Joinville	49.058	2018	Ecoblu	EBI24QF	SPLIT HI-WALL	24000
Joinville	49.061	2018	Ecoblu	EBI24QF	SPLIT HI-WALL	24000
Rio do Sul	20.279	2007	LG		SPLIT HI-WALL	24000
Rio do Sul	20.889	2007	Eletrolux	SI/SE18R	SPLIT HI-WALL	18000
Rio do Sul	20.281	2007	Hitachi	RKP 020DH	SPLIT HI-WALL	24000
Rio do Sul	38.505	2014	Carrier	42XQC0485C	SPLIT PISO-TETO	48000
São Francisco do Sul	44.466	2017	Fijitsu		SPLIT PISO-TETO	48000
São Francisco do Sul	44.467	2017	Fijitsu		SPLIT PISO-TETO	48000
Taió	39.658	2014	Midea	VITA INVERTER	SPLIT HI-WALL	18000
Taió	43.539	2016	Midea	42MKQA18M5	SPLIT HI-WALL	18000
Taió	43.540	2016	Midea	42MKQA18M5	SPLIT HI-WALL	18000
Timbó	42.197	2015	Midea	42MKQA18M5	SPLIT HI-WALL	18000
Timbó	42.198	2015	Midea	42MKQA18M5	SPLIT HI-WALL	18000
Timbó	42.199	2015	Midea	42MKQA09M5	SPLIT HI-WALL	9000
Trombudo Central	28.363	2011	York	EVEREST RAKA 30	SPLIT HI-WALL	30000
Navegantes	49.073	2018	Ecoblu	EBI24QF/EBE 24QF	SPLIT HI-WALL	24000
Navegantes	49.074	2018	Ecoblu	EBI24QF/EBE 24QF	SPLIT HI-WALL	24000
Navegantes	49.075	2018	Ecoblu	EBI24QF/EBE 24QF	SPLIT HI-WALL	24000
Navegantes	49.076	2018	Ecoblu	EBI24QF/EBE 24QF	SPLIT HI-WALL	24000
Navegantes	49.077	2018	Ecoblu	EBI24QF/EBE 24QF	SPLIT HI-WALL	24000



Região 4

Local	Patrimônio	Ano compra	Marca	Modelo	Tipo	Cap. (BTU/h)
Itaiópolis	1					
Mafra	30.788	2011	Komeco	KOP36QC	SPLIT PISO-TETO	36000
Mafra	42.202	2016	Gree		SPLIT HI-WALL	24000
Mafra	42.203	2016	Gree		SPLIT HI-WALL	24000
Porto União	48.060	2018	KOMECO	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000
Porto União	48.061	2018	KOMECO	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000
Porto União	48.062	2018	KOMECO	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000
Papanduva	31.729	2012	Carrier	38KQD036	SPLIT PISO-TETO	36000
Jaraguá do Sul	20.210	2007	Carrier	Ideale	SPLIT HI-WALL	24000
Jaraguá do Sul	20.212	2007	Carrier	Ideale	SPLIT HI-WALL	24000
Jaraguá do Sul	20.211	2007	Carrier	Ideale	SPLIT HI-WALL	24000
Jaraguá do Sul	47.966	2018	Ecoblu	EB122QF	SPLIT HI-WALL	12000
Jaraguá do Sul	20.750	2007	York	MHC35B17	Parede	30000
Jaraguá do Sul	42.201	2019	Midea	42MKQA22M5	SPLIT HI-WALL	22000
Jaraguá do Sul	49.068	2019	Ecoblu	EB124QF	SPLIT HI-WALL	24000
São Bento do Sul	31.541	2012	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
São Bento do Sul	31.542	2013	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
São Bento do Sul	39.225	2015	Consul	CBJ12CDBNA	SPLIT HI-WALL	12000
Guaramirim	36.569	2013	Midea	Vita inverter	SPLIT HI-WALL	18000
Guaramirim	36.570	2013	Midea	Vita inverter	SPLIT HI-WALL	22000
Guaramirim	20.686	2014	Consul	CCO10B	Parede	10000
Guaramirim	24.332	2014	Springer	Minimaxi MCA175BB	Parede	18000



Rio Negrinho	43.452	2016	Midea	42MKQA18M5	SPLIT HI-WALL	18000
Rio Negrinho	43.791	2016	Midea	42MKQA22M5	SPLIT HI-WALL	22000
Rio Negrinho	17.451	2006	Elgin	EJQ18000/2	Parede	18000
Rio Negrinho	17438	2006	Elgin	EJQ18000/2	Parede	18000

E/OU

Região 5

Local	Patrimônio	Ano compra	Marca	Modelo	Tipo	Cap. (BTU/h)
Anita Garibaldi	43.837	2012	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
Anita Garibaldi	31.732	2012	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
Anita Garibaldi	53.038	2021	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000
Bom Retiro	26.672	2010	Midea	MSS-12HR	SPLIT HI-WALL	22000
Bom Retiro	26.673	2010	Midea	MSS-12HR	SPLIT HI-WALL	12000
Caçador	28.456	2011	KOMECO	KOP48CUE3	SPLIT PISO-TETO	48000
Campos Novos	42.196	2016	KOMECO	KOHI18QCBB	SPLIT HI-WALL	18000
Campos Novos	51.418	2020	KOMECO	KOC24CHSA	SPLIT HI-WALL	24000
Capinzal	31.491	2012	KOMECO	KOS24QC	SPLIT HI-WALL	24000
Capinzal	43.891	2016	KOMECO	KOHI12QC	SPLIT HI-WALL	12000
Capinzal	43.892	2016	KOMECO	KOHI18QC	SPLIT HI-WALL	18000
Capinzal	51.083	2020	KOMECO	KOHI18QC	SPLIT HI-WALL	18000
Concórdia	30.452	2011	Coolix	RRCI030D3Q	SPLIT CASSETE	36000
Concórdia	30.453	2011	Coolix	RRCI030D3Q	SPLIT CASSETE	36000
Concórdia	30.454	2011	Coolix	RRCI030D3Q	SPLIT CASSETE	36000
Concórdia	30.455	2011	Migrare	RAA015FQ	SPLIT CASSETE	18000



Curitibanos	36.225	2013	Carrier	42MKQC0485 15LC	SPLIT PISO-TETO	48000
Curitibanos	42.889	2016	Midea	42MQA12M5	SPLIT HI-WALL	12000
Curitibanos	42.890	2016	Midea	42MQA12M5	SPLIT HI-WALL	12000
Fraiburgo	42.897	2016	Midea	42MKQA22M 5	SPLIT HI-WALL	22000
Fraiburgo	42.898	2016	Midea	42MKQA22M 5	SPLIT HI-WALL	22000
Joaçaba	20.918	2007	Gree	G8W3D-22R	SPLIT HI-WALL	30000
Joaçaba	20.920	2007	Electrolux	81/8E18R	SPLIT HI-WALL	18000
Joaçaba	38.576	2014	Samsung	AQV18PSBTN XAZ	SPLIT HI-WALL	18000
Joaçaba	38.577	2014	Hitachi	RACIV12BH	SPLIT HI-WALL	12000
Lages	20.204	2007	Carrier	IDEALE	SPLIT HI-WALL	24000
Lages	20.205	2007	Carrier	IDEALE	SPLIT HI-WALL	24000
Lages	37.167	2014	Midea	MSC22HRN1	SPLIT HI-WALL	22000
Lages	46.100	2018	Fijitsu	ABBG45LRTA	SPLIT PISO-TETO	42000
Lages	46.102	2018	Fijitsu	ABBG45LRTA	SPLIT PISO-TETO	42000
Lages	35.756	2013	Springer		SPLIT HI-WALL	22000
Santa Cecília	47.973	2018	Ecoblu	EBBI18QF1	SPLIT HI-WALL	18000
Santa Cecília	47.974	2018	Ecoblu	EBBI18QF1	SPLIT HI-WALL	18000
São Joaquim	47.975	2018	Ecoblu	EBBI18QF1	SPLIT HI-WALL	18000
São Joaquim	47.976	2018	Ecoblu	EBBI18QF1	SPLIT HI-WALL	18000
São Joaquim	47.977	2018	Ecoblu	EBBI18QF1	SPLIT HI-WALL	18000
São Joaquim	51.085	2020	KOMECO	KOHI18QC	SPLIT HI-WALL	18000
Tangará	21.448	2010	KOMECO	KOP6oQC	SPLIT PISO-TETO	60000
Tangará	39.433	2015	Fijitsu	ABBA36LTC	SPLIT PISO-TETO	32000
Videira	23.187	2008	Springer	MAXIFLEX 09	SPLIT HI-WALL	9000



Videira	23.188	2008	Springer	MAXIFLEX 30	SPLIT HI-WALL	30000
---------	--------	------	----------	-------------	---------------	-------

E/OU

Região 6

Local	Patrimônio	Ano compra	Marca	Modelo	Tipo	Cap. (BTU/h)
Abelardo Luz	38.593	2014	Hitachi	RACIV22BH	SPLIT HI-WALL	22000
Abelardo Luz	38.594	2014	Hitachi	RACIV22BH	SPLIT HI-WALL	22000
Campo Erê	37.222	2014	Electrolux	BL18R/BE1	SPLIT HI-WALL	18000
Campo Erê	37.223	2014	Electrolux	BL18R/BE1	SPLIT HI-WALL	18000
Chapecó	24.345	2009	Midea	CLP-48-HR V3	SPLIT PISO-TETO	48000
Chapecó	31.721	2012	Carrier	38CQD036	SPLIT PISO-TETO	36000
Chapecó	Já existia no imóvel		Brize	BZP60QCG4	SPLIT PISO-TETO	60000
Chapecó	Já existia no imóvel		Brize	BZP60QCG4	SPLIT PISO-TETO	60000
Chapecó	Já existia no imóvel		Komeco	KOC/KOP	CASSETTE	48000
Chapecó	Já existia no imóvel		Komeco	KOC/KOP	CASSETTE	48000
Chapecó	Já existia no imóvel		Komeco	KOC/KOP	CASSETTE	48000
Chapecó	Já existia no imóvel		Komeco	KOC/KOP	CASSETTE	48000
Modelo	30.786	2011	Komeco	KOP36QC	SPLIT PISO-TETO	36000
Modelo	39.659	2015	Midea	Vita Inverter	SPLIT HI-WALL	12000
Modelo	43.538	2016	Midea	42MKQA18M5	SPLIT HI-WALL	18000
Dionísio Cerqueira	Já existia no imóvel		LG	LTNH482MLEO	CASSETTE	48000
Dionísio Cerqueira	Já existia no imóvel		GREE	GSK24-221B	CASSETTE	24000
Itapiranga	47.978	2018	Ecoblu	EBI18QF	SPLIT HI-WALL	18000
Itapiranga	47.979	2018	Ecoblu	EBI18QF	SPLIT HI-WALL	18000
Maravilha	11.528	2010	York		SPLIT HI-WALL	24000
Maravilha	42.891	2016	Midea	42MKQA22M5	SPLIT HI-WALL	22000



Palmitos	37.803	2014	Carrier	42LVQA0225 15L /38LVQA022 515 MC	SPLIT HI-WALL	22000
Palmitos	37.804	2014	Carrier	42LVQA0225 15L /38LVQA022 515 MC	SPLIT HI-WALL	22000
Pinhalzinho	39655	2014	Midea	42MKQA09M 5	SPLIT HI-WALL	9000
Pinhalzinho	39656	2014	Midea	VITA INVERTER	SPLIT HI-WALL	18000
Pinhalzinho	39657	2014	Midea	VITA INVERTER	SPLIT HI-WALL	18000
Ponte Serrada	31.492	2012	Komeco	KOP30QC	SPLIT PISO-TETO	30000
Ponte Serrada	48.059	2018	Komeco	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	22000
Quilombo	21.574	2008	Carrier		SPLIT PISO-TETO	36.000
São Carlos	36.066	2013	Midea		SPLIT HI-WALL	9000
São Carlos	36.068	2013	Midea		SPLIT HI-WALL	18000
São Carlos	47.967	2018	Ecoblu	EBI12QF	SPLIT HI-WALL	12000
São Carlos	49.045	2018	Agratto	3998	SPLIT HI-WALL	18000
São Carlos	49.084	2018	Ecoblu	EBI24QF	SPLIT HI-WALL	24000
São Lourenço do Oeste	21.575	2008	Carrier	MODERNITA/ VE RSATILE	SPLIT PISO-TETO	36000
São Lourenço do Oeste	21.576	2008	Springer	MAXIFLEX	SPLIT HI-WALL	12000
São Lourenço do Oeste	48.068	2018	Komeco	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000
São Lourenço do Oeste	48.069	2018	Komeco	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000
São Miguel do Oeste	35.994	2013	Midea	VITA INVERTER	SPLIT HI-WALL	22000
São Miguel do Oeste	36.099	2013	Midea		SPLIT HI-WALL	18000
São Miguel do Oeste	36.100	2013	Midea		SPLIT HI-WALL	18000
São Miguel do Oeste	36.101	2013	Midea		SPLIT HI-WALL	22000
São Miguel do Oeste	53.037	2021	Elgin	SRQ24000	SPLIT HI-WALL	24000



Seara	Do próprio imóvel		Komeco	KOS30QC	SPLIT PISO-TETO	30000
Xanxerê	48.066	2018	Komeco	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000
Xanxerê	48.067	2018	Komeco	KOHI24QC	SPLIT HI-WALL	24000
Xaxim	31.493	2012	Komeco	KOS24QC	SPLIT HI-WALL	24000
Xaxim	31.494	2012	Komeco	KOS24QC	SPLIT HI-WALL	24000



PREGÃO N. 055/2022**ANEXO I****RELAÇÃO DE ITENS**

ITEM 1 (REGIÃO 1)			
Grupo 1 ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	EQUIPAMENTO	PESO
1	Valor para mão de obra/hora da Manutenção Corretiva (MC)	Qualquer equipamento	28,00
2	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	16,00
3	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	60,00
4	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	36,00
5	Valor do serviço de Desinstalação (Dhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,40
6	Valor do serviço de Desinstalação (Dhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,50
7	Valor do serviço de Desinstalação (Dpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,90
8	Valor do serviço de Instalação (Ihp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,40
9	Valor do serviço de Instalação (Ihg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,50
10	Valor do serviço de Instalação (Ipt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,90
11	Valor para fornecimento de Compressor (Chp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,40
12	Valor para fornecimento de Compressor (Chg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,50
13	Valor para fornecimento de Compressor (Cpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,90
14	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,20
15	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	0,75
16	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,45
17	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Php)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,40
18	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Phg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,50
19	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Ppt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,90

ITEM 2 (REGIÃO 2)			
Grupo 2 ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	EQUIPAMENTO	PESO
20	Valor para mão de obra/hora da Manutenção Corretiva (MC)	Qualquer equipamento	30,00
21	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	12,00
22	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	52,00
23	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	56,00
24	Valor do serviço de Desinstalação (Dhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
25	Valor do serviço de Desinstalação (Dhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,30
26	Valor do serviço de Desinstalação (Dpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,40
27	Valor do serviço de Instalação (Ihp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
28	Valor do serviço de Instalação (Ihg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,30
29	Valor do serviço de Instalação (Ipt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,40



30	Valor para fornecimento de Compressor (Chp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
31	Valor para fornecimento de Compressor (Chg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,30
32	Valor para fornecimento de Compressor (Cpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,40
33	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,15
34	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	0,65
35	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,70
36	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Php)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
37	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Phg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,30
38	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Ppt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,40

ITEM 3 (REGIÃO 3)			
Grupo 3 ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	EQUIPAMENTO	PESO
39	Valor para mão de obra/hora da Manutenção Corretiva (MC)	Qualquer equipamento	68,00
40	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	44,00
41	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	180,00
42	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	48,00
43	Valor do serviço de Desinstalação (Dhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	1,10
44	Valor do serviço de Desinstalação (Dhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	4,50
45	Valor do serviço de Desinstalação (Dpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,20
46	Valor do serviço de Instalação (Ihp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	1,10
47	Valor do serviço de Instalação (Ihg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	4,50
48	Valor do serviço de Instalação (Ipt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,20
49	Valor para fornecimento de Compressor (Chp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	1,10
50	Valor para fornecimento de Compressor (Chg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	4,50
51	Valor para fornecimento de Compressor (Cpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,20
52	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,55
53	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,25
54	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,60
55	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Php)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	1,10
56	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Phg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	4,50
57	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Ppt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,20

ITEM 4 (REGIÃO 4)			
Grupo 4 ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	EQUIPAMENTO	PESO
58	Valor para mão de obra/hora da Manutenção Corretiva (MC)	Qualquer equipamento	26,00
59	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	12,00
60	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	84,00
61	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	8,00
62	Valor do serviço de Desinstalação (Dhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
63	Valor do serviço de Desinstalação (Dhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,10
64	Valor do serviço de Desinstalação (Dpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,20



65	Valor do serviço de Instalação (Ihp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
66	Valor do serviço de Instalação (Ihg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,10
67	Valor do serviço de Instalação (Ipt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,20
68	Valor para fornecimento de Compressor (Chp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
69	Valor para fornecimento de Compressor (Chg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,10
70	Valor para fornecimento de Compressor (Cpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,20
71	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,15
72	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,05
73	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,10
74	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Php)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
75	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Phg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,10
76	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Ppt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,20

ITEM 5 (REGIÃO 5)			
Grupo 5 ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	EQUIPAMENTO	PESO
77	Valor para mão de obra/hora da Manutenção Corretiva (MC)	Qualquer equipamento	41,00
78	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	24,00
79	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPHg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	100,00
80	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	40,00
81	Valor do serviço de Desinstalação (Dhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,60
82	Valor do serviço de Desinstalação (Dhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,50
83	Valor do serviço de Desinstalação (Dpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,00
84	Valor do serviço de Instalação (Ihp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,60
85	Valor do serviço de Instalação (Ihg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,50
86	Valor do serviço de Instalação (Ipt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,00
87	Valor para fornecimento de Compressor (Chp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,60
88	Valor para fornecimento de Compressor (Chg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,50
89	Valor para fornecimento de Compressor (Cpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,00
90	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,30
91	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,25
92	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,50
93	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Php)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,60
94	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Phg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,50
95	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Ppt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,00

ITEM 6 (REGIÃO 6)			
Grupo 6 ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	EQUIPAMENTO	PESO
96	Valor para mão de obra/hora da Manutenção Corretiva (MC)	Qualquer equipamento	48,00
97	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	20,00
98	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPHg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	112,00
99	Valor para Manutenção Preventiva Trimestral (MPpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	60,00



100	Valor do serviço de Desinstalação (Dhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,50
101	Valor do serviço de Desinstalação (Dhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,80
102	Valor do serviço de Desinstalação (Dpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,50
103	Valor do serviço de Instalação (Ihp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,50
104	Valor do serviço de Instalação (Ihg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,80
105	Valor do serviço de Instalação (Ipt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,50
106	Valor para fornecimento de Compressor (Chp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,50
107	Valor para fornecimento de Compressor (Chg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,80
108	Valor para fornecimento de Compressor (Cpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,50
109	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhp)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,25
110	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVhg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	1,40
111	Valor para fornecimento de Motor do Ventilador (MVpt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	0,75
112	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Php)	Hiwall Pequeno (até 13.000 Btu/h)	0,50
113	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Phg)	Hiwall Grande (acima 13.000 Btu/h)	2,80
114	Valor para fornecimento de Placa Eletrônica (Ppt)	Piso-Teto ou Cassete até 80.000 Btu/h	1,50

Observações: 1) os preços apresentados para os equipamentos *hi-wall* e/ou parede até 13.000 BTUs/h não poderão ser superiores aos preços cotados para os equipamentos *hi-wall* e/ou parede acima de 13.000 BTUs/h; 2) demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

